



# **“ADMINISTRAÇÃO SIMBÓLICA DA INFÂNCIA ATRAVÉS DA CENSURA NA LITERATURA ACERCA DA DIVERSIDADE**

**Palavras-Chave:** literatura; infâncias; Educação em Direitos Humanos; decolonialidade; administração simbólica; educação.

**Autores(as):**

**GIOVANA LUNA MELO, SIGLA UNIDADE – SIGLA INSTITUIÇÃO**

**Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Heloísa Matos Lins (orientadora), SIGLA UNIDADE - SIGLA INSTITUIÇÃO**

---

## **INTRODUÇÃO:**

Usar da educação e da literatura para enfrentar a hegemonia de sistemas e grupos econômica, social e politicamente organizados é injusto, mas temos que ser resistência se queremos preservar um mínimo de democracia. A literatura - decolonial - para as infâncias apresenta um potencial humanizador e pode tanto fomentar discussões efetivas acerca da diversidade e da educação em direitos humanos, como promover espaços para que as crianças exerçam uma cidadania ativa. Por este motivo, é considerada também uma ameaça às hegemonias vigentes e é constantemente censurada e/ou desestimulada, processo chamado de “administração simbólica da infância”. Este projeto de pesquisa pretende refletir sobre o modo como a mesma vem sendo feita, a partir da análise de documentos (editais do PNLD dos anos de 2012 e 2022) e da análise dos dados produzidos por uma pesquisa na área já existente (PEREIRA E BARBOSA, 2022).

## **METODOLOGIA:**

Baseando-se em Lüdke e André (1986), define-se este projeto como um estudo de casos e, portanto, uma pesquisa de tipo qualitativa. Foram comparados os editais do PNLD dos anos de 2021 e 2022, mais especificamente os critérios pedagógicos que estão nos mesmos, realizando análise e comparação destes, de palavras/conceitos que foram adicionados ou excluídos. Serão analisados também os dados produzidos pela pesquisa de Pereira e Barbosa (2022), como parte do estudo mais amplo de Lins (2022). Além do levantamento bibliográfico e do diálogo teórico com os dados produzidos, foram criadas categorias de análise e polêmicas e/ou publicações de notícias e/ou mídias em redes sociais foram utilizadas como articuladores de análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### Censura institucionalizada e legitimada?

No edital do PNLD de 2021, estes critérios ainda trazem um discurso que valoriza a diversidade e defende a igualdade de direitos. Neste trecho é mencionado o combate ao preconceito de qualquer ordem, seja ela relacionada à “condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, de deficiência, religioso, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos”.

No entanto, também apresenta alguns itens contraditórios e que merecem uma problematização/reflexão crítica (destaque aos itens “b” e “c”). Sobre o primeiro item citado acima, além de destacar a contradição, faz-se necessário pontuar que o caráter laico do ensino implica que o mesmo não deve estar vinculado a nenhuma religião, mas não significa que diferentes formas de expressões religiosas não possam existir na comunidade. Ademais, vale lembrar que, ainda que a laicidade do Estado e ensino público esteja expressa legalmente e institucionalmente, a realidade é muito distante e a religião dominante acaba influenciando muitas decisões, como foi explicado na introdução deste artigo.

Outro elemento contraditório está presente no item “c”, onde pode ser observada a distorção de linguagem/semântica. Este trecho faria sentido se a palavra “doutrinação” não fosse polissêmica e não carregasse tanta importância no cenário político brasileiro. Exemplificando, grupos como o “Escola Sem Partido” consideram como doutrinação ações que, na verdade, estimulam a ampliação de repertório e compreensão da diversidade (LINS, 2022, p.250). Também é importante destacar o item “i”, onde a ciência é trazida como orientadora e principal fundamentação para as decisões e construções coletivas.

Já os critérios do PNLD de 2022 possuem um caráter diferente. A linguagem expressa maior rigidez, o verbo “respeitar” em tom de ordem é bastante usado como poderá ser visto no trecho abaixo.

“2.3.1. Respeitar todos os brasileiros.

2.3.2. Respeitar a liberdade de consciência, a liberdade religiosa e a liberdade política dos alunos e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso.

2.3.3. Respeitar os fundamentos, os objetivos e os direitos e garantias fundamentais trazidos pela Constituição Federal, bem como os princípios e disposições específicas referentes à temática da Educação presentes em sua Seção I, Capítulo III, Título VIII.”

Pode-se notar também, no item 2.3.2 um apelo às “liberdades” individuais de forma distorcida e contraditória. A laicidade é trazida junto com o sentimento religioso e é importante refletir sobre o contexto histórico e social do Brasil para pensar quais religiões serão apagadas em nome da laicidade do Estado e quais grupos terão seu sentimento religioso respeitado. Nosso país carrega como bagagem de uma economia escravocrata o racismo institucional (BENTO, 2021), que se desdobra também em racismo religioso, como pode ser observado tanto na polêmica envolvendo o livro

“Amoras” do Emicida quanto neste outro ocorrido, que expressa mais do que intolerância religiosa: racismo religioso.

Ainda neste trecho, vale destacar que o item cita trechos de outros documentos mas em forma de “título”, sem colocar o trecho na íntegra nem partes dele, menos ainda explica sua compreensão do documento. Fernandes (2017) nos alerta que uma palavra ou conceito pode carregar concepções diferentes e, quando não são objetivos nem detalhados, abrem espaço para muitas interpretações e até mesmo distorções.

Seguindo adiante, o item 2.3.7 diz que deve-se “promover positivamente a imagem do Brasil e a amizade entre os povos”, estimulando a alimentação do mito da igualdade racial entre os brasileiros e para o resto do mundo. No entanto, Bento (2022) - assim como diversos outros autores - nos lembra da importância de combater o mesmo, pois ele é um dos principais fatores que mantém e legitima o que ela chama de “pacto narcísico da branquitude”, colocando mais obstáculos para a luta antirracista.

Continuando o documento, no item seguinte, 2.3.8, consta “Promover valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade, responsabilidade, urbanidade, cooperação e honestidade;” e é necessário pontuar que mais uma vez várias palavras são usadas e não há a definição conceitual de nenhuma. Das palavras neste trecho, a que mais me chama atenção é “patriotismo”. É preciso refletir qual patriotismo se quer estimular, se entenderemos como patriotismo o orgulho de nossas origens indígenas e africanas, ou o nacionalismo autoritário - que pode ser observado no Trumpismo (BENTO, 2022) e Bolsonarismo. “Ignorar a etnicidade branca é redobrar sua hegemonia, tornando-a universal” (ROEDIGER apud BENTO, 2022 p.103).

Seguindo a análise, um dos itens apenas cita os Direitos Humanos e cita também algumas minorias sociológicas e não cita outras - sendo problemática a ausência de algumas, como raça, gênero e classe social.

## **2.2. Desdobramentos na prática pedagógica e no cotidiano escolar**

Foi realizada inicialmente uma leitura flutuante, em busca de núcleos de sentido, blocos - identificando presenças ou ausências de termos e conceitos. Em seguida, buscou-se olhar cada narrativa individualmente para tentar compreender o contexto de trabalho/equipe no qual estava inserida. Destaco que todos os temas são experienciados no cotidiano de forma interseccional, inclusive aparecendo em algumas narrativas dessa forma também.

Primeiro, buscou-se tratar dos temas que apareceram de forma mais explícita (tópicos 2.3.1 e 2.3.2), seguidos por temas que apareceram menos ou de forma indireta (2.3.3), ou mesmo não apareceram (2.3.4)

### **2.2.1. Raça e religiosidade**

Aparece diversas vezes como um tema difícil de ser abordado pelo preconceito, especialmente das famílias. Também aparece - com menor frequência - como um tema evitado em razão desta aversão das famílias, que poderia ser definida como “fragilidade branca” (DIANGELO apud BENTO, 2022). Entretanto, a maioria das narrativas trazem preocupação com a temática étnico-racial e que a

mesma faz parte de seu planejamento. Este movimento é de suma importância para minimizar o processo de aculturação, mais especificamente o ataque à religiões que não são as de grupos dominantes. A religião aparece também como um tema difícil a ser abordado na escola, mas é necessário lembrar que, neste processo de aculturação o racismo religioso muitas vezes acontece de forma intensa, afinal apenas determinadas religiões não são trabalhadas.

### **2.2.2. Gênero e sexualidade**

Esta temática também aparece tanto quanto raça, no entanto não foi observado nas narrativas a preocupação com a inserção dessa temática no planejamento. Também é importante destacar que esta temática acaba sendo o principal alvo de censura/novas formas de censura das extremas direitas.

### **2.2.3. Formação de professores e concepções sobre literatura**

Nas narrativas também são explicitadas a falta de quantidade e qualidade na oferta de livros que abordem a diversidade, bem como são trazidas a falta de formação dos professores quanto a isso. O Prêmio Jabuti foi citado como um critério de escolha e isto pode ser problemático pois existem espaços que podem ser dominados por pessoas que possuem diversos privilégios, que possuem uma legitimidade maior para “definir” o que é considerado literatura. Isto pode ser uma forma de perpetuar o “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2022). Para construir formação literária e hábito de leitura decolonial e inclusiva com os alunos, é necessário construir com os professores.

### **2.2.4. Ausências/Classe e capacitismo**

É alarmante o número de narrativas escassas (oito no total) enquanto certamente existem centenas de professores na rede municipal de Campinas. Também é preocupante a ausência de atenção nas narrativas para o capacitismo e para a questão de classes.

## **CONCLUSÕES:**

A partir da análise destes materiais é possível destacar principalmente que a censura/controle ideológico, ou “administração simbólica”, é operada através de aspectos morais e não técnicos (qualidade literária das obras). Nenhum dos conceitos são definidos ou explicados, a linguagem é usada, intencionalmente ou não, para tirar o foco da discussão sobre qualidade em si e gerar polêmica/criar um inimigo a ser combatido. Este fenômeno pode vir de distintos setores e grupos da sociedade, ainda que seja um *modus operandi* majoritariamente de grupos ultraconservadores (ICHILEVICI, 2020). Exemplificando, no trabalho de Ichilevici (2020) o termo “politicamente correto”, nestes casos estudados - assim como termos como “diversidade”, “igualdade”, “patriotismo” e similares observados nos documentos -, comumente usado de forma polissêmica para embasar e/ou justificar as supostas legitimidades da censura/proibição. Ambos os casos citados consistem na tentativa de controle moral por parte dos adultos (ICHILEVICI, 2020).

Tudo isto se desdobra diretamente nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar. Analisando as narrativas, raça e gênero aparecem como os temas mais citados como difíceis de serem abordados, no entanto o primeiro aparece mais no planejamento do que o segundo. Nas narrativas

também são explicitadas a falta de quantidade e qualidade na oferta de livros que abordem a diversidade, bem como são trazidas a falta de formação dos professores quanto a isso.

Referentes às ausências, é alarmante o número de narrativas escassas (oito no total) enquanto certamente existem centenas de professores na rede municipal de Campinas. Também é preocupante a ausência de atenção nas narrativas para o capacitismo e para a questão de classes.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Acesso em 15/01/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Informações disponíveis em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13526-edital-pnld-2022>. Acesso em 31/10/2022.
- FERNANDES, Célia Regina Delácio. A seleção de obras literárias para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2006-2014. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n. 51, p. 221–244, maio de 2017.
- G1 Bahia. Livro infantil de Emicida é alvo de intolerância religiosa praticada por mãe de aluno em escola de Salvador. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- ICHILEVICI, Vita. Direita, esquerda e os corretos na literatura infantil. Revista ENTRELETRAS (Araguaína), v. 11, n. 2, set./dez., 2020.
- LINS, H. A. de M. (Anti) políticas culturais/ educacionais através da instrumentalização da infância: censuras e “batalhas da memória”. (In) Pedagogias da morte e da guerra como legado das direitas radicais às crianças e adolescentes: discursos, estéticas e políticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- LINS, H. A. de M. Direitos humanos e participação política das crianças: alguns destaques ao papel dos livros e mídias para a infância. Manuscrita: Revista de Crítica Genética, [S. l.], n. 37, p. 168-182, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/manuscrita/article/view/177968>. Acesso em: 22 set. 2022.
- LINS, H. A. de M. Religião e o projeto ultraconservador (inter) nacional: a espetacularização como operador político fundamental. (In) Pedagogias da morte e da guerra como legado das direitas radicais às crianças e adolescentes: discursos, estéticas e políticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- LINS, H. A. de M. Sobre a instrumentalização e desumanização das infâncias e juventudes brasileiras e os contornos da pesquisa: um contexto. (In) Pedagogias da morte e da guerra como legado das direitas radicais às crianças e adolescentes: discursos, estéticas e políticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- LINS, H. A. M. Infâncias em tempos de guerra moral e espiritual no Brasil: culturas (i) materiais e subjetivação política (des)democrática. Sociedad e Infancias, v. 5, p. 77-97, 2021.
- LINS, H. A. M.; CABELLO, Janaina ; MIRANDA JÚNIOR, J. O. F. Infancias, fake news y (des) democratización en América Latina: - cómo establecer otros comienzos a través de la Educación?. Revista del Instituto de Investigaciones en Educación, v. 13, p. 115-133, 2021.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MALUF, J. ; FREITAS, N. F. ; LINS, H. A. M. .O direito à informação e comunicação das crianças ameaçado no Brasil: “temas sensíveis” em tempos de neo -conservadorismo. Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR), v. 14, p. 603-628, 2020.
- PEREIRA, Camile Maria De Souza; BARBOSA, Sofia Davates Xavier. Mapeamento em torno da Educação em Direitos Humanos através da literatura infantil: algumas políticas atuais em questão. Relatório final - Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS).
- SILVEIRA, Rosa Hessel; et al. A diferença na literatura infantil : narrativas e leituras. 1. ed.São Paulo : Moderna, 2012.